

**XXXII CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI SÃO PAULO - SP**

**FILOSOFIA DO DIREITO, HERMENÊUTICA
JURÍDICA E CÁTEDRA LUÍS ALBERTO WARAT**

ROBISON TRAMONTINA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydée Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Filosofia do direito, Hermenêutica jurídica e Cátedra Luís Alberto Warat[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Robison Tramontina – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-290-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Os Caminhos Da Internacionalização E O Futuro Do Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Filosofia do direito. 3. Hermenêutica jurídica e Cátedra Luís Alberto Warat. XXXII Congresso Nacional do CONPEDI São Paulo - SP (4: 2025: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

FILOSOFIA DO DIREITO, HERMENÊUTICA JURÍDICA E CÁTEDRA LUÍS ALBERTO WARAT

Apresentação

O Grupo de Trabalho Filosofia do Direito, Hermenêutica Jurídica e Cátedra Luís Alberto Warat I consolidou-se, ao longo das diversas edições do CONPEDI, como um espaço privilegiado de reflexão crítica, diálogo interdisciplinar e reconstrução teórica dos fundamentos do direito contemporâneo. A diversidade temática dos trabalhos apresentados — que transitaram da hermenêutica filosófica à tópica jurídica, passando por debates sobre moralidade, reconhecimento, inteligência artificial, mutação constitucional, teoria crítica, práxis comunicativa e transformações sociopolíticas — evidencia a vitalidade intelectual que caracteriza este campo de pesquisa e reafirma a centralidade da reflexão jurídica para compreender as tensões que atravessam as democracias do século XXI.

Em um ambiente acadêmico cada vez mais marcado pela fragmentação metodológica e pela difusão de discursos simplificadores, o GT reafirmou a necessidade de uma abordagem sofisticada, plural e hermenêuticamente sensível. Os estudos aqui reunidos demonstram que o direito não pode ser reduzido a técnica, procedimento ou normatividade abstrata: trata-se de um fenômeno interpretativo atravessado por historicidade, linguagem, estruturas de poder, experiências sociais e disputas de sentido. Nesse horizonte, autores como Gadamer, Warat, Dworkin, Viehweg, Marcuse, Han e Waluchow, entre tantos outros mobilizados nos trabalhos submetidos, tornaram-se interlocutores fundamentais para a reconstrução dos limites, possibilidades e responsabilidades da práxis jurídica.

Um primeiro eixo de discussões concentrou-se nos desafios hermenêuticos emergentes nas democracias contemporâneas, especialmente no tocante à legitimidade da jurisdição constitucional, à crise da verdade, à mutação constitucional e ao papel das cortes em contextos de tensão institucional. As pesquisas, apresentadas sob perspectivas diversas, destacaram a necessidade de reconectar hermenêutica, moralidade pública e responsabilidade institucional na era da hiperpolarização e da erosão das esferas de consenso.

Outro conjunto de investigações voltou-se às mediações entre identidade pessoal, linguagem, dogmática jurídica e direitos fundamentais, examinando como fenômenos subjetivos e comunicacionais desafiam categorias tradicionais da teoria do direito. Destacam-se, nesse sentido, estudos que revelam a urgência de incorporar abordagens interdisciplinares e sensíveis às complexidades da experiência humana nas práticas interpretativas e decisórias.

Também merecem atenção as reflexões sobre racionalidade jurídica, método e epistemologia do direito, que se valem da tradição tópica, da hermenêutica filosófica e da crítica waratiana para problematizar o ensino jurídico e a produção acadêmica. Os trabalhos expostos evidenciam que formar juristas implica muito mais do que transmitir conteúdos: exige cultivar sensibilidade hermenêutica, consciência histórica, capacidade crítica e responsabilidade ética.

O GT igualmente acolheu contribuições que articulam filosofia política, teoria crítica e sociologia do direito, com destaque para análises sobre movimentos sociais, desigualdades estruturais, propriedade, trabalho e emancipação humana. As investigações apresentadas demonstram como o direito permanece um campo de disputa simbólica e material, no qual se confrontam projetos de sociedade, promessas de reconhecimento e experiências de exclusão.

Por fim, emergiram debates inovadores sobre tecnologia, comunicação e os limites da inteligência artificial. Esses trabalhos revelam que a revolução tecnológica não elimina a centralidade da interpretação, da ética e da responsabilidade humana — ao contrário, intensifica as perguntas sobre como decidimos, quais valores mobilizamos e que formas de vida desejamos preservar.

Em conjunto, os textos apresentados oferecem um panorama plural e metodologicamente robusto da pesquisa jurídica crítica no Brasil, reafirmando a importância de espaços acadêmicos capazes de promover diálogo, reflexividade e abertura a novas tradições teóricas. Inspirado pelo legado de Luís Alberto Warat, este GT manteve viva a provocação waratiana de repensar o direito para além de sua superfície institucional, convidando pesquisadoras e pesquisadores a explorarem suas dimensões simbólicas, afetivas, comunicacionais e políticas.

O conjunto de reflexões aqui sistematizado evidencia que a crítica teórica e a investigação rigorosa permanecem indispensáveis para compreender e transformar o presente. Mais do que oferecer respostas prontas, essas abordagens fornecem instrumentos para formular perguntas mais fecundas e, sobretudo, para reconhecer que todo ato interpretativo envolve responsabilidade, compromisso democrático e abertura ao diálogo. É nesse espírito que este Grupo de Trabalho se consolidou de forma progressiva ao longo dos anos, tornando-se um espaço cada vez mais qualificado para a apresentação de questões essenciais, o aprofundamento de debates fundamentais e a construção de novas agendas de pesquisa jurídica crítica no país.

ATRAVESSANDO O ESPELHO: ÉTICA E AUTORIA NA ESCRITA ACADÊMICA THROUGH THE LOOKING-GLASS: ETHICS AND AUTHORSHIP IN ACADEMIC WRITING

**Marúsia Tatianna de Freitas Dias
Silvana Moreira Lima**

Resumo

Este artigo investiga a relação entre ética e autoria na escrita acadêmica, tomando como referência a metáfora do espelho para refletir sobre a identidade do pesquisador diante dos desafios contemporâneos da produção científica. São analisados os dilemas envolvendo plágio, autoplágio, integridade e produtivismo acadêmico, que muitas vezes reduzem a atividade intelectual a meros indicadores quantitativos, fragilizando o caráter formativo e criativo da pesquisa. O estudo parte de uma revisão bibliográfica interdisciplinar, dialogando com autores da filosofia, teoria literária e ciências sociais, além de referências jurídicas sobre direitos autorais e integridade científica. A reflexão evidencia que a escrita acadêmica deve ser compreendida não apenas como técnica ou requisito formal, mas como espaço de construção ética, em que a autoria expressa responsabilidade, originalidade e compromisso com o conhecimento coletivo. Ao atravessar o espelho, a metáfora central do texto, o pesquisador é convocado a confrontar-se com sua própria imagem fragmentada pela pressão produtivista e pelos riscos de uma cultura acadêmica orientada pelo imediatismo. Conclui-se que enfrentar tais desafios exige resgatar o sentido público da ciência, promovendo práticas institucionais que valorizem a integridade, o diálogo entre pares e a qualidade intelectual, de modo a reafirmar a relevância social e ética da pesquisa científica no Brasil.

Palavras-chave: Ética acadêmica, Autoria, Plágio, Produtivismo, Escrita científica

Abstract/Resumen/Résumé

This article investigates the relationship between ethics and authorship in academic writing, using the mirror metaphor to reflect on the researcher's identity when facing contemporary challenges of scientific production. It analyzes dilemmas related to plagiarism, self-plagiarism, integrity, and academic productivism, which often reduce intellectual activity to quantitative indicators, undermining the formative and creative character of research. The study is based on an interdisciplinary literature review, engaging with authors from philosophy, literary theory, and social sciences, as well as legal references concerning copyright and scientific integrity. The reflection emphasizes that academic writing must be understood not only as a technical procedure or formal requirement but as an ethical space where authorship expresses responsibility, originality, and commitment to collective knowledge. By crossing the mirror, the central metaphor of this work, the researcher is confronted with a fragmented image shaped by the pressures of productivism and the risks of

an academic culture driven by immediacy. The article concludes that overcoming these challenges requires recovering the public meaning of science, promoting institutional practices that enhance integrity, dialogue among peers, and intellectual quality, thus reaffirming the ethical and social relevance of scientific research in Brazil.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Academic ethics, Authorship, Plagiarism, Productivism, Scientific writing

1. Introdução

O retorno ao ambiente acadêmico, após um período de afastamento, reacendeu questionamentos adormecidos sobre o fazer científico que ecoam nas universidades brasileiras contemporâneas. A imersão em leituras, a participação em debates e a própria necessidade de produzir conhecimento nos confrontam com um dilema persistente e cada vez mais complexo: como navegar pelas águas da tradição intelectual, utilizando as ideias que nos precederam, sem naufragar na cópia ou na apropriação indevida? Essa angústia, familiar a muitos pesquisadores, especialmente aos iniciantes, mas não exclusiva a eles, reside na tensão entre a exigência de originalidade e a constatação de que todo saber se constrói sobre ombros de gigantes.

A relevância desta discussão torna-se ainda mais premente quando consideramos o cenário atual da produção científica brasileira. Conforme demonstram Pádua e Guilhem (2015), a discussão sobre a integridade científica é ainda incipiente no Brasil, sendo os assuntos mais discutidos o plágio e os conflitos de interesses sobre autoria. Esta constatação revela uma lacuna significativa na formação acadêmica nacional, onde praticamente inexistem diretrizes específicas sobre o tema nas instituições de ensino latino-americanas, afetando de maneira indistinta todas as áreas do conhecimento.

O contexto contemporâneo agrava essa problemática através do fenômeno que Patrus, Dantas e Shigaki (2015) denominam produtivismo acadêmico, caracterizado pela "excessiva valorização da quantidade da produção acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade". Este fenômeno, derivado dos processos de avaliação da pós-graduação, cria um ambiente propício para práticas antiéticas, onde a pressão por publicações pode levar pesquisadores a atalhos que comprometem a integridade científica. A máxima "publicar ou perecer" intensifica tendências narcisistas no ambiente acadêmico, transformando a busca por reconhecimento em apropriação indevida e comprometendo a solidariedade entre pares que deveria caracterizar a comunidade científica.

Foi nesse contexto de reencontro com a escrita acadêmica que a imagem do espelho, inspirada na clássica obra de Lewis Carroll, *Alice Através do Espelho*, emergiu como uma metáfora potente para refletir sobre a ética da releitura e da autoria. A escrita acadêmica, vista por essa lente, assemelha-se ao mundo encontrado por Alice do outro lado do espelho: um lugar de reflexos, inversões e diálogos constantes com o que já foi dito. Assim como a personagem atravessa o vidro para encontrar uma realidade que ecoa e transforma a sua própria, o autor acadêmico mergulha no universo discursivo de sua área, encontrando vozes que o influenciam, o moldam e, por vezes, o confundem.

A busca incessante por uma voz puramente original pode se tornar paralisante, obscurecendo o fato de que a própria ciência avança por meio desse diálogo contínuo, dessa releitura crítica e

criativa do legado intelectual. Como observa Santos (2008) em sua análise sobre a construção do saber, este exige "traduções recíprocas" entre diferentes discursos, o que pressupõe reconhecimento e mediação. A questão fundamental, portanto, não é negar as influências, mas sim como reconhecê-las e gerenciá-las de forma ética e intelectualmente honesta.

Esta problemática ganha contornos ainda mais complexos quando consideramos o impacto das tecnologias digitais na produção e circulação do conhecimento. A facilidade de acesso à informação, paradoxalmente, pode tanto facilitar a pesquisa legítima quanto tornar mais tentadora a apropriação indevida de ideias. Nesse cenário, ferramentas de detecção de plágio proliferam, mas sua eficácia depende não apenas da tecnologia, mas fundamentalmente da formação ética dos pesquisadores.

A dimensão legal da questão também merece destaque. A Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que consolida a legislação sobre direitos autorais no Brasil, protege as obras intelectuais, conferindo ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor de sua criação. Contudo, a aplicação desta legislação ao contexto acadêmico revela nuances complexas, especialmente quando se trata de ideias, conceitos e conhecimentos que circulam na esfera pública do saber.

Este artigo propõe-se a atravessar esse espelho junto ao leitor, explorando as complexidades da autoria na contemporaneidade através de uma abordagem interdisciplinar que articula filosofia, educação e ética. Partindo da hipótese de que a escrita acadêmica nunca é um ato de criação ex nihilo, mas sim um processo de transformação e diálogo, argumenta-se que o reconhecimento explícito e a valorização das fontes que nos inspiram e fundamentam são pilares essenciais da responsabilidade intelectual.

A metodologia adotada neste trabalho baseia-se em uma abordagem hermenêutica, privilegiando a interpretação e compreensão dos fenômenos estudados através do diálogo entre diferentes tradições teóricas. Realizou-se análise bibliográfica sistemática, incorporando revisão de artigos científicos publicados em revistas Qualis A sobre integridade científica, produtivismo acadêmico e ética na pesquisa, com foco particular no contexto brasileiro.

Os objetivos específicos deste trabalho incluem: investigar as diversas formas de plágio e suas implicações éticas e institucionais; aprofundar a metáfora do espelho como instrumento de análise da intertextualidade acadêmica; examinar as conexões entre o

produtivismo acadêmico e a cultura do narcisismo contemporâneo; analisar os conceitos arendtianos de ação e natalidade como fundamentos para uma ética da autoria; e propor práticas concretas para uma apropriação ética e responsável das ideias alheias no fazer acadêmico.

O objetivo final é demonstrar que, ao atravessar o espelho da intertextualidade com consciência e respeito, o autor não apenas evita as armadilhas do plágio, mas também constrói um espaço legítimo para sua própria voz, contribuindo de forma significativa para o avanço coletivo do conhecimento e para a consolidação de uma cultura de integridade científica no contexto acadêmico brasileiro.

2. Fundamentação Teórica: Intertextualidade e Propriedade Intelectual

Antes de adentrarmos nas especificidades do plágio acadêmico, faz-se necessário estabelecer um marco teórico que situe a discussão no contexto mais amplo da intertextualidade e da propriedade intelectual. O conceito de intertextualidade, desenvolvido por Julia Kristeva (1974) e posteriormente elaborado por outros teóricos, reconhece que todo texto é um mosaico de citações, um tecido de relações com outros textos. Esta perspectiva, longe de legitimar a apropriação indevida, oferece uma compreensão mais nuançada sobre como o conhecimento se constrói através do diálogo entre diferentes vozes e tradições intelectuais.

Roland Barthes (2004), em sua reflexão sobre a morte do autor, argumenta que o texto é "um tecido de citações, oriundas dos mil focos da cultura". Contudo, esta constatação não elimina a responsabilidade ética do autor em reconhecer suas fontes e contribuições. Pelo contrário, ela evidencia a importância de uma gestão transparente e honesta das influências que moldam qualquer trabalho intelectual.

No contexto brasileiro, a propriedade intelectual encontra-se regulamentada pela Lei nº 9.610/98, que estabelece os direitos autorais como "os direitos de autor e os que lhes são conexos". Esta legislação protege as obras intelectuais nos campos literário, científico e artístico, conferindo ao autor direitos morais e patrimoniais sobre sua criação. Os direitos morais incluem o direito de paternidade (ser reconhecido como autor), o direito de integridade (impedir modificações que prejudiquem a obra) e o direito de inédito (decidir sobre a divulgação da obra).

No âmbito acadêmico, esta proteção legal ganha contornos específicos. Embora as ideias em si não sejam passíveis de proteção autoral, sua expressão concreta através de textos, argumentações e formulações específicas encontra-se sob a égide da lei. Isso significa que a paráfrase inadequada, a citação sem atribuição e a reprodução de estruturas argumentativas sem

reconhecimento podem configurar violação de direitos autorais, independentemente da existência de dolo ou má-fé.

A complexidade desta questão intensifica-se quando consideramos que o conhecimento científico tem, por natureza, caráter cumulativo e colaborativo. Como observa Umberto Eco (2009), "o saber não é propriedade privada", mas um bem comum que se constrói através da contribuição de gerações de pesquisadores. Esta tensão entre a proteção dos direitos individuais e a natureza coletiva do conhecimento exige uma abordagem ética sofisticada, que reconheça tanto a necessidade de proteger a propriedade intelectual quanto a importância de facilitar o avanço científico.

3. Plágio Acadêmico: Conceito, Tipologias e Implicações Éticas

A integridade na produção científica constitui um pilar essencial para a credibilidade e o avanço do conhecimento. No centro das discussões sobre ética acadêmica, o plágio se configura como uma das violações mais graves, minando a confiança social na pesquisa e desrespeitando o trabalho intelectual alheio. Definir plágio, entretanto, não é trivial, pois ele pode se apresentar em diversas formas, desde a cópia literal e intencional até apropriações mais sutis e indiretas de ideias, argumentos ou estruturas textuais.

3.1 Definição e Caracterização do Plágio

Essencialmente, o plágio consiste na apresentação de ideias, dados, resultados ou textos de outra pessoa como se fossem próprios, sem atribuição adequada de autoria, configurando uma fraude intelectual que afronta valores éticos e, muitas vezes, também direitos autorais. Esta definição, aparentemente simples, revela-se complexa quando aplicada às práticas concretas da escrita acadêmica, especialmente considerando que, como observam Pádua e Guilhem (2015), "o conceito de plágio é complexo e deve ser compreendido a partir de sua inserção histórico-cultural".

A complexidade conceitual do plágio deriva, em parte, de sua natureza contextual. O que pode ser considerado plágio em uma cultura acadêmica pode não sê-lo em outra, dependendo das convenções estabelecidas para citação, paráfrase e uso de fontes. No contexto brasileiro, esta questão torna-se ainda mais delicada considerando que, conforme apontam os mesmos autores, "praticamente inexistem diretrizes específicas sobre o assunto nas instituições de ensino latino-americanas".

Além do plágio tradicional, destaca-se o autoplágio, entendido como a reutilização parcial ou total de trabalhos já publicados pelo próprio autor, sem informar claramente a reutilização ao leitor ou à editora. O autoplágio prejudica a transparência e a originalidade exigidas pela atividade acadêmica, configurando uma forma de desonestidade intelectual que, embora não viole direitos autorais de terceiros, compromete a integridade do processo científico.

3.2 Tipologia do Plágio Acadêmico

A literatura especializada identifica diversas modalidades de plágio, cada uma com características específicas e graus variados de gravidade. Plágio Direto ou Literal consiste na cópia exata de trechos de outro autor sem o uso de aspas e sem citação adequada, representando uma apropriação flagrante do trabalho alheio. Plágio Mosaico ou Patchwork caracteriza-se pela intercalação de palavras e frases do autor original com as próprias, sem citação adequada, sendo particularmente insidioso por mascarar sua origem.

Plágio Indireto ou Paráfrase Inadequada ocorre quando ideias de outrem são reformuladas com palavras próprias, mas sem a devida atribuição de autoria. Esta modalidade é especialmente problemática porque pode resultar tanto de má-fé quanto de desconhecimento das normas acadêmicas. Plágio de Ideias refere-se à apropriação de conceitos, teorias ou argumentos originais sem reconhecimento da fonte, enquanto Plágio de Estrutura consiste na reprodução da organização, sequência argumentativa ou metodologia de outro trabalho sem reconhecimento adequado.

O Autoplágio refere-se à reutilização de trabalho próprio já publicado sem a devida indicação, podendo manifestar-se através de republicação integral, reutilização substancial de seções, ou fragmentação artificial de uma pesquisa em múltiplas publicações.

3.3 O Contexto Brasileiro e Implicações Éticas

A pesquisa de Pádua e Guilhem (2015) revela um panorama preocupante sobre o estado da discussão acerca da integridade científica no Brasil. Segundo os autores, "a discussão sobre a integridade científica é ainda incipiente no Brasil", sendo "os assuntos mais discutidos plágio e conflitos de interesses sobre autoria". Esta constatação evidencia uma lacuna significativa na formação acadêmica nacional e na consolidação de uma cultura de integridade científica.

A incipiente discussão sobre integridade científica no contexto brasileiro manifesta-se através da ausência de diretrizes institucionais claras e abrangentes sobre o tema, carência na formação específica sobre ética da pesquisa nos currículos de graduação e pós-graduação, e normalização de comportamentos antiéticos. A questão dos conflitos de autoria, identificada como um dos temas mais discutidos no contexto brasileiro, está diretamente relacionada às formas de avaliação da qualidade do pesquisador pelo número de artigos científicos que publica, criando incentivos perversos que podem levar a práticas antiéticas.

As implicações do plágio estendem-se muito além das consequências imediatas para o plagiador, afetando toda a estrutura da produção científica e da confiança social no conhecimento acadêmico. No âmbito ético individual, o plágio representa perda de credibilidade acadêmica e violação dos compromissos assumidos com a comunidade científica. Coletivamente, corrói a base da confiança na comunidade científica, prejudicando todo o empreendimento científico. Institucionalmente, pode resultar em sanções que variam desde reprovação até expulsão ou cassação de títulos acadêmicos.

Diante da complexidade do fenômeno, torna-se evidente a necessidade de abordagens preventivas e educativas que incluam formação específica sobre ética da pesquisa, criação de diretrizes institucionais claras, desenvolvimento de ferramentas para apoiar a escrita acadêmica ética, e promoção de uma cultura institucional que valorize a integridade sobre a produtividade quantitativa.

4. O Espelho de Alice: Metáfora da Intertextualidade e da Busca pela Identidade Autoral

A metáfora do espelho, que permeia a obra *Alice Através do Espelho* de Lewis Carroll (2009), oferece uma lente poderosa para aprofundar a compreensão dos dilemas da autoria e do plágio na escrita acadêmica. Longe de ser um mero objeto de reflexão, o espelho em Carroll é um portal, um limiar que convida à travessia para um mundo onde as regras da realidade são invertidas e a identidade é constantemente questionada. Essa travessia de Alice para o mundo do espelho ressoa profundamente com a jornada do pesquisador no universo do conhecimento, um espaço de intertextualidade onde a originalidade não é a ausência de influências, mas a capacidade de dialogar e transformar.

4.1 A Lógica do Nonsense e a Subversão da Autoria

No mundo do espelho, Alice se depara com uma lógica do nonsense, onde o que é familiar se torna estranho e o que é esperado se inverte. Esta inversão pode ser análoga à forma como o plágio subverte a lógica da construção do conhecimento. O plagiador, ao apresentar ideias alheias como suas, cria uma realidade distorcida, um nonsense ético, onde a forma da escrita acadêmica é mantida, mas o conteúdo é desprovido de autoria legítima.

A aparente ausência de sentido em sentenças gramaticalmente corretas, explorada magistralmente por Carroll, encontra um paralelo perturbador na escrita plagiada: ela pode parecer formalmente correta, seguindo todas as convenções acadêmicas de estrutura e apresentação, mas carece da substância da contribuição original. Como observa Lindemann (2004) em sua análise da filosofia da lógica de Carroll, o nonsense não é simplesmente ausência de sentido, mas uma forma específica de organização discursiva que revela as limitações e contradições dos sistemas lógicos convencionais.

Esta perspectiva é particularmente relevante quando consideramos que o plágio acadêmico frequentemente mantém a aparência de rigor científico enquanto subverte seus fundamentos éticos. O texto plagiado pode apresentar metodologia adequada, referências bibliográficas e estrutura argumentativa coerente, mas falha em sua dimensão mais fundamental: a honestidade intelectual que deveria caracterizar toda produção científica.

4.2 A Busca pela Identidade e a Construção da Voz Autoral

A jornada de Alice é também uma busca incessante por sua própria identidade, marcada por questionamentos constantes como "Quem é você?" Esta indagação ressoa profundamente com a experiência do autor acadêmico, especialmente no contexto brasileiro, onde, como observam Santos e Cunha (2025), a formação acadêmica frequentemente deixa lacunas conceituais sobre os fundamentos da autoria e da originalidade.

A autoria não é um estado fixo, mas um processo contínuo de construção e reconstrução da voz própria. O plágio e o autoplágio representam uma crise de identidade nesse processo. Ao se apropriar indevidamente das palavras de outros ou ao reutilizar seu próprio trabalho sem a devida citação, o autor falha em afirmar sua singularidade, preferindo se esconder atrás de reflexos distorcidos. A busca por uma voz autoral autêntica, que reconhece suas influências sem se diluir nelas, é um paralelo direto com a jornada de autodescoberta de Alice.

Esta dimensão identitária da autoria ganha particular relevância quando consideramos o contexto da formação acadêmica brasileira. A ausência de diretrizes claras sobre integridade

científica, identificada por Pádua e Guilhem (2015), contribui para uma formação deficitária em relação aos aspectos éticos da produção do conhecimento. Muitos estudantes e pesquisadores iniciantes encontram-se, como Alice, perdidos em um mundo de regras não explicitadas, tentando construir sua identidade autoral sem os instrumentos conceituais adequados.

4.3 O Espelho como Metáfora da Intertextualidade Ética

O espelho de Carroll não apenas reflete, mas transforma. O mundo do outro lado não é uma mera cópia invertida da realidade, mas um espaço de possibilidades onde novas configurações podem emergir. Esta característica transformadora do espelho oferece uma metáfora poderosa para compreender a intertextualidade ética na escrita acadêmica.

Quando o autor acadêmico "atravessa o espelho" da intertextualidade, ele não deve simplesmente reproduzir o que encontra, mas transformá-lo através de sua própria perspectiva e contribuição. Esta transformação, contudo, deve ser transparente e honesta, reconhecendo explicitamente as fontes que a tornam possível. O espelho ético da intertextualidade revela tanto as influências quanto as transformações, permitindo ao leitor compreender o processo de construção do conhecimento.

A metáfora do espelho sugere que a originalidade acadêmica não reside na criação ex nihilo, mas na capacidade de estabelecer diálogos criativos e transformadores com a tradição intelectual. Assim como Alice descobre que o mundo do espelho, embora familiar, oferece novas possibilidades de compreensão e ação, o autor acadêmico ético descobre que o reconhecimento honesto de suas influências não diminui sua originalidade, mas a potencializa, inserindo-a em um contexto mais amplo de significação e relevância.

5. Hannah Arendt: Ação, Natalidade e a Ética da Autoria

A filosofia política de Hannah Arendt oferece instrumentos conceituais fundamentais para compreender a dimensão ética da autoria acadêmica. Seus conceitos de ação e natalidade, desenvolvidos em *A Condição Humana*, fornecem uma base teórica sólida para distinguir entre a reprodução mecânica de conteúdos e a genuína contribuição intelectual que caracteriza a autoria legítima.

5.1 O Conceito de Ação e sua Aplicação à Autoria Acadêmica

Para Hannah Arendt (2007), a "ação" é a atividade humana por excelência, a única que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação de coisas ou da matéria. A ação corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que "os homens, e não o homem, vivem na terra e habitam o mundo". Esta pluralidade é fundamental porque, embora sejamos todos iguais como humanos, "ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá".

Aplicado ao contexto da autoria acadêmica, o conceito arendtiano de ação revela-se particularmente esclarecedor. A escrita acadêmica legítima constitui uma forma de ação porque emerge da singularidade do autor e se dirige à pluralidade da comunidade científica. Cada trabalho acadêmico genuíno representa um novo começo, uma contribuição única que enriquece o diálogo coletivo do conhecimento.

Como observam Santos e Cunha (2025) em sua análise da concepção educacional de Arendt, "o objetivo do artigo é de difícil realização porque Arendt não é uma pensadora da educação", deixando "várias lacunas conceituais". Contudo, esta dificuldade não invalida a aplicação de seus conceitos ao contexto educacional e acadêmico; pelo contrário, exige um trabalho interpretativo que demonstra precisamente o tipo de ação intelectual que Arendt valoriza.

O plágio, nesta perspectiva arendtiana, representa a negação da ação. É a repetição do que já existe, a ausência de um novo começo, a falta de singularidade e a negação da pluralidade de vozes. Em vez de agir, o plagiador reage, copiando e reproduzindo, sem a iniciativa que caracteriza a verdadeira autoria. O plágio é, fundamentalmente, uma forma de não-ação, uma recusa em assumir a responsabilidade de trazer algo novo ao mundo.

5.2 Natalidade e a Capacidade de Iniciar

O conceito de natalidade é central no pensamento arendtiano e oferece uma perspectiva única sobre a natureza da originalidade acadêmica. Para Arendt, cada indivíduo possui a capacidade de iniciar algo novo, de trazer o inesperado para o mundo. Esta capacidade de iniciar está intrinsecamente ligada ao fato de que nascemos, de que somos seres natais capazes de novos começos.

A natalidade intelectual manifesta-se na capacidade de cada pesquisador de contribuir com algo genuinamente novo para o conhecimento humano. Esta contribuição não precisa ser revolucionária ou paradigmática; pode ser uma nova perspectiva sobre um problema conhecido,

uma articulação original entre conceitos existentes, ou uma aplicação inovadora de teorias estabelecidas. O que importa é que represente um genuíno exercício da capacidade humana de iniciar.

O autoplágio, nesta perspectiva, representa uma negação da natalidade. Quando um autor reutiliza substancialmente trabalhos anteriores sem reconhecimento adequado, ele nega sua própria capacidade de iniciar algo novo, contentando-se com a repetição do que já produziu. Esta prática não apenas engana o leitor sobre a novidade da contribuição, mas também representa uma forma de auto-negação da capacidade criativa.

5.3 A Esfera Pública do Conhecimento e a Pluralidade

Arendt discute a distinção fundamental entre a esfera pública e a privada, conceitos que ganham relevância particular quando aplicados ao contexto da produção acadêmica. A escrita acadêmica é um ato que se insere na esfera pública do conhecimento, onde as ideias são compartilhadas, debatidas e avaliadas pela comunidade. A responsabilidade intelectual e a ética na autoria são cruciais para a manutenção da integridade dessa esfera pública.

A esfera pública do conhecimento caracteriza-se pela transparência, pela possibilidade de escrutínio e pela construção coletiva do saber. Quando um autor apresenta trabalho plagiado nesta esfera, ele não apenas viola direitos individuais, mas corrompe o próprio espaço público, minando a confiança e a transparência necessárias para o avanço do conhecimento coletivo.

Esta dimensão pública da autoria acadêmica conecta-se diretamente com as preocupações contemporâneas sobre a integridade científica no Brasil. Como observam Pádua e Guilhem (2015), a discussão sobre integridade científica é ainda incipiente no país, o que sugere uma fragilidade na construção e manutenção da esfera pública do conhecimento. A formação de uma cultura de integridade científica requer não apenas regras e punições, mas uma compreensão profunda da natureza pública e coletiva do empreendimento científico.

O conceito arendtiano de pluralidade oferece uma perspectiva valiosa sobre a natureza colaborativa do conhecimento científico. A pluralidade não é apenas uma característica factual da condição humana, mas um valor a ser celebrado e preservado. Na esfera acadêmica, esta pluralidade manifesta-se na diversidade de perspectivas, metodologias e contribuições que enriquecem o conhecimento coletivo.

A autoria ética, nesta perspectiva, não apenas reconhece a pluralidade de vozes que contribuem para qualquer trabalho intelectual, mas a celebra através da citação adequada e do reconhecimento explícito das influências. Longe de diminuir a originalidade do autor, este

reconhecimento a fortalece, inserindo-a no contexto mais amplo do diálogo intelectual e demonstrando a capacidade do autor de articular diferentes contribuições em uma síntese nova e significativa.

6. Christopher Lasch e a Cultura do Narcisismo Acadêmico

A análise de Christopher Lasch (1983) sobre a cultura do narcisismo oferece instrumentos conceituais valiosos para compreender algumas das raízes culturais e psicológicas que podem alimentar práticas antiéticas na academia. Embora Lasch não trate diretamente do plágio acadêmico, suas ideias sobre o individualismo exacerbado e a busca incessante por validação externa fornecem uma lente crítica para examinar como as pressões contemporâneas podem corromper a integridade científica.

6.1 O Narcisismo como Fenômeno Cultural

Para Lasch, o narcisismo não é meramente um distúrbio psicológico individual, mas um fenômeno cultural que caracteriza a sociedade contemporânea. O narcisista, em sua análise, é alguém que busca constantemente a admiração dos outros, mas é incapaz de estabelecer relações genuínas e duradouras. Esta busca por reconhecimento externo, combinada com uma fragilidade interna, cria um padrão de comportamento que prioriza a aparência sobre a substância, a imagem sobre a realidade.

No contexto acadêmico, esta dinâmica narcisista pode manifestar-se através da obsessão por métricas de produtividade, citações e reconhecimento, em detrimento da qualidade e da integridade da pesquisa. O pesquisador narcisista busca publicar não para contribuir com o avanço do conhecimento, mas para alimentar sua própria imagem e status na comunidade acadêmica. Esta inversão de prioridades cria um ambiente propício para práticas antiéticas, incluindo o plágio e o autoplágio.

A cultura do narcisismo acadêmico é alimentada por sistemas de avaliação que privilegiam indicadores quantitativos sobre qualitativos. Como observam Patrus, Dantas e Shigaki (2015), o produtivismo acadêmico caracteriza-se pela "excessiva valorização da quantidade da produção acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade". Esta ênfase na quantidade cria incentivos perversos que podem levar pesquisadores a atalhos éticos, incluindo a apropriação indevida de ideias alheias.

6.2 Produtivismo Acadêmico e a Erosão da Integridade

O fenômeno do produtivismo acadêmico, identificado por diversos autores como uma característica marcante do sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, encontra na análise de Lasch uma explicação cultural profunda. A pressão por publicações constantes, a competição exacerbada por recursos e reconhecimento, e a transformação da pesquisa em commodity acadêmica refletem a lógica narcisista que Lasch identifica na sociedade contemporânea.

Esta dinâmica produtivista compromete a solidariedade entre pares que deveria caracterizar a comunidade científica. Em vez de colaboração e construção coletiva do conhecimento, observa-se uma competição predatória onde o sucesso individual é perseguido mesmo às custas da integridade científica. O plágio, neste contexto, pode ser compreendido não apenas como uma falha ética individual, mas como sintoma de um sistema que incentiva práticas antiéticas através de suas próprias estruturas de recompensa.

A máxima "publicar ou perecer" exemplifica perfeitamente esta dinâmica narcisista. O pesquisador, pressionado por demandas externas de produtividade, pode ser tentado a tomar atalhos que comprometem a integridade de seu trabalho. A apropriação indevida de ideias alheias torna-se, nesta perspectiva, uma estratégia de sobrevivência em um ambiente acadêmico cada vez mais competitivo e desumanizado.

6.3 A Busca por Reconhecimento versus Contribuição Genuína

Lasch observa que o narcisista busca constantemente a admiração dos outros, mas é incapaz de estabelecer relações genuínas baseadas no reconhecimento mútuo e na reciprocidade. Esta dinâmica encontra paralelo direto no comportamento de pesquisadores que priorizam o reconhecimento pessoal sobre a contribuição genuína para o avanço do conhecimento.

O autor acadêmico ético, em contraste com o narcisista, compreende que sua contribuição individual ganha significado apenas no contexto mais amplo do diálogo intelectual coletivo. Esta compreensão manifesta-se através do reconhecimento honesto das influências que moldam seu trabalho, da citação adequada das fontes utilizadas, e da transparência sobre as limitações e contribuições específicas de sua pesquisa.

A cultura do narcisismo acadêmico, contudo, inverte esta lógica, transformando a busca por reconhecimento em um fim em si mesmo. O pesquisador narcisista pode ser tentado a exagerar suas contribuições, minimizar as influências recebidas, ou mesmo apropriar-se

indevidamente de ideias alheias para construir uma imagem de originalidade e genialidade que não corresponde à realidade.

6.4 Superação da Cultura Narcisista na Academia

A superação da cultura narcisista na academia requer uma transformação profunda não apenas das práticas individuais, mas também das estruturas institucionais que incentivam comportamentos antiéticos. Esta transformação deve incluir a revisão dos sistemas de avaliação que privilegiam quantidade sobre qualidade, a promoção de uma cultura de colaboração e reconhecimento mútuo, e o desenvolvimento de programas de formação que enfatizem os valores éticos da pesquisa científica.

A formação para a integridade científica deve incluir não apenas aspectos técnicos da citação e referenciação, mas também uma reflexão crítica sobre as pressões culturais e psicológicas que podem levar a práticas antiéticas. Os pesquisadores devem ser encorajados a desenvolver uma compreensão madura de sua própria motivação para a pesquisa, distinguindo entre a busca legítima por reconhecimento e a obsessão narcisista por validação externa.

Além disso, as instituições acadêmicas devem promover uma cultura que valorize a integridade sobre a produtividade, a qualidade sobre a quantidade, e a contribuição coletiva sobre o sucesso individual. Esta mudança cultural requer liderança institucional comprometida com valores éticos e disposição para questionar práticas estabelecidas que podem inadvertidamente incentivar comportamentos antiéticos.

7. Práticas Concretas para uma Apropriação Ética das Ideias Alheias

A transição da reflexão teórica para a aplicação prática constitui um momento crucial na formação de uma cultura de integridade científica. Esta seção propõe-se a delinear estratégias concretas que podem orientar pesquisadores na gestão ética das fontes e na construção de uma autoria responsável, fundamentada na transparência na atribuição de autoria e no reconhecimento das fontes. Esta postura ética distingue a construção lícita do conhecimento do plágio e do autoplágio, garantindo a integridade da esfera pública do saber.

7.1 Princípios Fundamentais da Ética na Citação

A transparência na utilização de ideias alheias é fundamental para a manutenção da

integridade acadêmica. Esta transparência manifesta-se através de práticas específicas que devem ser dominadas por todo pesquisador. A citação direta, que reproduz textualmente um trecho da obra original, exige o uso de aspas e a indicação precisa da fonte, incluindo o número da página. Esta prática não apenas protege os direitos do autor original, mas também permite ao leitor verificar a precisão da citação e compreender seu contexto original.

A citação indireta consiste na reformulação das ideias de outro autor com as próprias palavras, mas ainda assim requer atribuição de autoria. Esta modalidade exige particular cuidado, pois uma paráfrase inadequada pode configurar plágio mesmo quando há intenção de reconhecer a fonte. A paráfrase ética não é mera substituição de palavras, mas uma reinterpretação genuína que demonstra compreensão profunda das ideias originais.

A apropriação de ideias sem a devida referência, mesmo que reformulada, configura plágio e representa uma das formas mais insidiosas de desonestidade intelectual. Esta prática é particularmente problemática porque pode resultar tanto de má-fé quanto de desconhecimento das normas acadêmicas, exigindo abordagens educativas além das punitivas.

7.2 Gestão Ética das Fontes de Pesquisa

O desenvolvimento de competências para a gestão ética das fontes de pesquisa é fundamental para a formação acadêmica. Este processo deve iniciar-se desde os primeiros momentos da pesquisa, com o registro sistemático e completo de todas as fontes consultadas. A utilização de ferramentas de gerenciamento de referências, como Zotero, Mendeley ou EndNote, pode facilitar significativamente este processo, mas não substitui a necessidade de compreensão profunda dos princípios éticos envolvidos.

O registro adequado das fontes deve incluir não apenas as informações bibliográficas básicas (autor, título, ano, editora), mas também informações específicas sobre como e quando a fonte foi consultada. Para fontes digitais, é essencial registrar URLs completas e datas de acesso, considerando a natureza dinâmica do conteúdo online. Para fontes físicas, informações sobre localização e características específicas da edição consultada podem ser relevantes.

Além do registro técnico, é importante desenvolver uma compreensão substantiva das fontes consultadas. Isto significa não apenas extrair citações úteis, mas compreender o contexto argumentativo em que se inserem, as metodologias utilizadas pelos autores originais, e as limitações e potencialidades de cada contribuição. Esta compreensão profunda é essencial para uma utilização ética das fontes, pois permite ao pesquisador articular adequadamente as contribuições alheias com suas próprias reflexões.

7.3 O Autoplágio e a Ética da Reutilização

O autoplágio representa um desafio particular porque não viola direitos autorais de terceiros, mas compromete a integridade acadêmica ao apresentar um trabalho já publicado como se fosse novo ou ao reutilizar partes significativas de textos anteriores sem a devida indicação. Na perspectiva arendtiana, o autoplágio compromete a capacidade de iniciar algo novo, limitando-se à reprodução do que já foi produzido.

A ética da reutilização de trabalhos próprios exige transparência e honestidade sobre o grau de novidade das contribuições apresentadas. Quando um autor reutiliza substancialmente material de publicações anteriores, esta reutilização deve ser explicitamente reconhecida, permitindo ao leitor compreender exatamente qual é a contribuição nova do trabalho atual.

Existem situações em que a reutilização de material próprio é não apenas aceitável, mas desejável. Por exemplo, a descrição de metodologias desenvolvidas pelo próprio autor, a apresentação de dados coletados em pesquisas anteriores, ou a elaboração de sínteses que articulam trabalhos anteriores em novas perspectivas. O que distingue estas práticas legítimas do autoplágio é a transparência sobre o que está sendo reutilizado e a presença de contribuições genuinamente novas.

7.4 Estratégias Práticas para a Escrita Ética

O desenvolvimento de competências para a escrita ética requer a adoção de estratégias práticas que devem ser incorporadas ao processo de pesquisa e redação. O planejamento e organização do processo de escrita ética deve iniciar-se na fase de planejamento da pesquisa, incluindo a definição clara dos objetivos do trabalho, a identificação das principais fontes a serem consultadas, e o estabelecimento de um sistema de organização que permita o registro adequado de todas as informações coletadas.

A leitura ativa e crítica das fontes deve envolver não apenas a extração de informações relevantes, mas também a avaliação da qualidade, relevância e limitações de cada contribuição. Esta abordagem crítica é essencial para o desenvolvimento de uma voz autoral própria, que articula as contribuições alheias de forma original e significativa.

A redação transparente deve priorizar a transparência sobre as fontes utilizadas e as contribuições específicas de cada autor citado. Isto significa não apenas incluir citações adequadas, mas também explicitar como cada fonte contribui para o argumento desenvolvido.

A revisão sistemática do texto deve incluir uma verificação sistemática de todas as citações e referências, assegurando que estejam completas, precisas e adequadamente formatadas.

7.5 Formação Institucional para a Integridade Científica

A promoção da ética na escrita acadêmica não pode depender apenas dos esforços individuais dos pesquisadores, mas requer iniciativas institucionais sistemáticas. Como observam Pádua e Guilhem (2015), torna-se "necessária a abordagem precoce desses conhecimentos no processo de formação acadêmica de pesquisadores e jovens cientistas".

As instituições de ensino superior devem desenvolver programas abrangentes de formação em integridade científica, que incluam não apenas aspectos técnicos da citação e referenciação, mas também discussões mais profundas sobre os valores éticos que orientam a produção do conhecimento. Estes programas devem ser integrados aos currículos de graduação e pós-graduação, não como disciplinas isoladas, mas como componentes transversais que permeiam toda a formação acadêmica.

A formação institucional deve também incluir o desenvolvimento de diretrizes claras sobre integridade científica, a criação de instâncias responsáveis pela orientação e resolução de conflitos éticos, e a promoção de uma cultura institucional que valorize a integridade sobre a produtividade quantitativa. Como observam Patrus, Dantas e Shigaki (2015), é necessário questionar sistemas de avaliação que privilegiam a quantidade sobre a qualidade, pois tais sistemas podem inadvertidamente incentivar práticas antiéticas.

8. Considerações Finais: A Travessia Ética do Espelho

Atravessar o espelho da escrita acadêmica, como Alice fez em sua jornada, revela um mundo de reflexos, inversões e diálogos incessantes que desafiam nossas concepções simplistas sobre originalidade e autoria. Longe de ser um espaço de criação ex nihilo, o fazer científico é um empreendimento profundamente intertextual, em que cada nova ideia se ergue sobre os ombros de gigantes, em constante diálogo com a tradição intelectual que a precede e a comunidade científica que a acolhe.

A angústia da originalidade, tão presente na trajetória do pesquisador contemporâneo, encontra sua resolução não na negação das influências, mas na sua gestão ética e responsável. Esta gestão exige não apenas competências técnicas para a citação e referenciação adequadas, mas uma compreensão profunda dos valores que orientam a produção do conhecimento e um

compromisso genuíno com a integridade científica.

8.1 Síntese das Contribuições Teóricas

A analogia com Alice Através do Espelho permitiu explorar a natureza do plágio e do autoplágio como distorções da realidade acadêmica, um nonsense ético que subverte a lógica da autoria legítima. O espelho de Carroll não é apenas um instrumento de reflexão, mas um portal de transformação, onde a identidade se reconstrói através do diálogo honesto com a alteridade. Esta metáfora revela que a autoria acadêmica ética não consiste em evitar influências, mas em reconhecê-las e transformá-las através de uma contribuição genuinamente original.

A perspectiva arendtiana ressaltou a importância da ação e da natalidade como pilares da verdadeira autoria. Cada trabalho acadêmico legítimo representa um exercício da capacidade humana de iniciar algo novo, de trazer uma contribuição singular para a esfera pública do conhecimento. O plágio, nesta perspectiva, representa a negação da ação, a recusa em assumir a responsabilidade de contribuir com algo genuinamente novo para o mundo.

A análise de Christopher Lasch sobre a cultura do narcisismo revelou como as pressões sociais e acadêmicas contemporâneas podem fomentar práticas antiéticas, transformando a busca por reconhecimento em apropriação indevida e comprometendo a solidariedade entre pares que deveria caracterizar a comunidade científica. O produtivismo acadêmico, com sua ênfase na quantidade sobre a qualidade, emerge como um fenômeno que ameaça os fundamentos éticos da produção científica.

8.2 Implicações para a Formação Acadêmica Brasileira

A pesquisa revelou que a discussão sobre integridade científica é ainda incipiente no Brasil, sendo o plágio e os conflitos de autoria os temas mais debatidos. Esta constatação evidencia uma lacuna significativa na formação acadêmica nacional, que deve ser urgentemente endereçada através de iniciativas institucionais sistemáticas.

A formação para a integridade científica não pode ser compreendida como um complemento opcional à educação acadêmica, mas como um componente essencial que deve permear toda a trajetória formativa. Esta formação deve incluir não apenas aspectos técnicos da citação e referenciação, mas discussões mais profundas sobre os valores éticos que orientam a produção do conhecimento.

As instituições brasileiras de ensino superior devem desenvolver diretrizes claras sobre integridade científica, criar instâncias responsáveis pela orientação e resolução de conflitos éticos, e promover uma cultura institucional que valorize a integridade sobre a produtividade quantitativa. Esta transformação cultural é particularmente urgente considerando as pressões do produtivismo acadêmico que caracterizam o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira.

8.3 Desafios Contemporâneos e Agenda de Pesquisas

A revolução digital criou novos desafios para a manutenção da integridade científica, mas também ofereceu novas oportunidades para a promoção da ética acadêmica. As ferramentas de detecção de plágio, embora úteis, não substituem a necessidade de formação ética profunda. O desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial capazes de gerar textos introduz novos dilemas conceituais que exigem uma reavaliação dos conceitos tradicionais de autoria e originalidade.

Este trabalho abre diversas possibilidades para pesquisas futuras: estudos empíricos sobre a prevalência do plágio no contexto brasileiro, pesquisas sobre a eficácia de diferentes abordagens educativas para a promoção da integridade científica, investigações sobre o impacto das tecnologias digitais nas práticas de escrita acadêmica, e estudos comparativos sobre políticas de integridade científica em diferentes contextos culturais.

8.4 Reflexão Final: A Responsabilidade da Comunidade Acadêmica

A ética da autoria na escrita acadêmica é um convite à reflexão contínua sobre o nosso papel como produtores de conhecimento e membros de uma comunidade científica. É um chamado para que, ao olharmos no espelho da intertextualidade, possamos reconhecer não apenas os reflexos das ideias alheias, mas também a nossa própria imagem, singular e autêntica, contribuindo de forma responsável e significativa para o avanço do saber.

A travessia do espelho, nesse sentido, é um ato de coragem e integridade, capaz de construir um futuro acadêmico mais transparente, colaborativo e ético. Esta travessia exige não apenas competências individuais, mas um compromisso coletivo da comunidade acadêmica com os valores que devem orientar a produção do conhecimento.

Embora recursos tecnológicos, como ferramentas de inteligência artificial, possam oferecer apoio relevante na revisão e no aprimoramento textual, caberá a cada autor aprender a desbravar e enfrentar os desafios éticos que essas tecnologias ainda impõem, zelando sempre

pela integridade, originalidade e clareza do pensamento. A responsabilidade pela manutenção da integridade científica não pode ser delegada a sistemas automatizados, mas deve ser assumida por cada membro da comunidade acadêmica.

A construção de uma cultura de integridade científica no Brasil requer esforços coordenados de todas as instâncias envolvidas na produção do conhecimento: pesquisadores individuais, orientadores, instituições de ensino superior, agências de fomento e órgãos reguladores. Somente através deste esforço coletivo será possível criar um ambiente acadêmico que valorize genuinamente a qualidade sobre a quantidade, a integridade sobre a produtividade, e a contribuição autêntica sobre o reconhecimento superficial.

A metáfora do espelho de Alice nos lembra que a travessia para um mundo melhor é possível, mas exige coragem para enfrentar as inversões e contradições que encontramos pelo caminho. No contexto da escrita acadêmica, esta travessia representa o compromisso com uma forma de produção do conhecimento que honre tanto a tradição intelectual que nos precede quanto a responsabilidade de contribuir com algo genuinamente novo para as gerações futuras.

Referências

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BEDÊ, Fayga Silveira et al. Integridade científica: desafios éticos na pesquisa acadêmica contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, p. 1-18, 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 1998.
- CARROLL, Lewis. Alice através do espelho e o que ela encontrou por lá. São Paulo: Zahar, 2009. ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- LINDEMANN, Katrin. Approaching the Pragmatics of Nonsense: Lewis Carroll's Alice Books. **Linguistik Online**, v. 18, n. 1, p. 47-63, 2004.

PÁDUA, Gelson Luiz Daldegan de; GUILHEM, Dirce. Integridade científica e pesquisa em saúde no Brasil: revisão da literatura. **Revista Bioética**, v. 23, n. 1, p. 124-138, 2015.

PATRUS, Roberto; DANTAS, Douglas Cabral; SHIGAKI, Helena Belintani. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 4, p. 821-840, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Maria José; CUNHA, Ana Paula. Hannah Arendt e a educação: lacunas conceituais na formação acadêmica contemporânea. **Revista de Educação**, v. 18, n. 2, p. 45-62, 2025.